

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A CONTRIBUIÇÃO DO COLETIVO FEMINISTA MARGARIDA ALVES PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA DO/A PEDAGOGO (A)

Daiane Soares Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
daianesoares1991@gmail.com

Carolina da Silva Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
carolpedago.124@gmail.com

Sirlândia Souza Santana

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
sirlandiasantana@hotmail.com

Resumo: Este relato de experiência resulta do trabalho de observação, participação e análise sobre o Coletivo Feminista Margarida Alves-CFMA recentemente criado por estudantes, professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB e demais pessoas da comunidade. Discorreremos assim, sobre as bases conceituais, articulada às vivências e ações que estruturam este Coletivo como, a participações nos demais movimentos sociais e eventos, haja vista o reconhecimento de que tais atividades contribuíram para a nossa formação política, como estudantes do curso de Pedagogia, bem como para a nossa inserção na luta pelos de direitos sociais tendo como inspiração a trajetória de Margarida Alves, cujo desdobramento possibilitou criar uma agenda de ações coletivas na cidade de Jequié-BA. Como aporte teórico usaremos as bases dos textos a pedagogia da práxis para uma formação política do pedagogo de Gadotti (1998) e o papel das mulheres na definição e demarcação das terras indígenas dos Tupinambá de Olivença-Ba, de Santana (2015) tendo em vista as premissas do feminismo comunitário. Desse modo, as vivências compartilhadas no Coletivo Margarida Alves permitem traçar uma outra perspectiva de formação do educador (a) permeada por novos saberes em articulação com uma práxis política e social.

Palavras- Chave: Educação; Formação Política; Militância.

Introdução

Este relato tem por objetivo apresentar as experiências compartilhadas entre os membros do Coletivo Feminista Margarida Alves-UESB, *Campus* de Jequié/BA. As experiências no CFMA têm nos possibilitado relacionar a importância da formação política com a formação do educador no

curso de pedagogia, bem como o envolvimento com outros coletivos e a organização de ações por diversos segmentos: estudantes do curso, professores, comunidade externa, entre outros. A proposta do Coletivo é desenvolver a militância e a formação política de mulheres e homens educadores, por meio da efetiva participação social na comunidade.

Nesse sentido, nos propomos a escrutinar a partir de uma práxis política, o redimensionamento do papel do educador tendo em vista, delinear outras dimensões que integram o contexto da ação educativa na escola, na universidade e nos diferentes e diversos espaços não escolares. Têm-se como intuito assim, elaborar uma crítica radical das inversões das políticas educacionais empreendida pelo governo Temer. Considerando, que a formação política deve ser orientada pela exigência de uma dada problemática, o CMFA passou a questionar: como se situam politicamente os educadores sociais diante da atual conjuntura política do estado brasileiro?

Diante dessa questão e, das observações e análises realizadas no Coletivo, evidenciaremos as motivações e os princípios orientadores deste segmento para a militância.

A aproximação pela convergência de olhares dos membros do Coletivo, no que se refere ao reconhecimento da necessidade do estudante do curso de Pedagogia – como sujeito histórico-cultural em processo de formação – de desenvolver uma práxis política própria, tendo como paradigma a militância dos movimentos sociais, na luta pelos direitos sociais e principalmente, pelos direitos das mulheres, constitui-se no vínculo subjetivo dos membros do CFMA.

O exercício da autonomia intelectual de expressar-se politicamente e o ideal de inclusão social formam um conjunto de saberes que requer articulação e participação social. E o fato de o currículo e a dinâmica que constitui o curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB não possibilitar, a realização de uma crítica profunda no que se refere às influências e implicações dos aspectos socioeconômicos e culturais sobre a formação crítica dos educadores precipitou uma reação á essa materialização do currículo na formação de professores da UESB.

A política educacional do país inter-relaciona-se com dispositivos mais amplos como, a política econômica internacional de caráter neoliberal, as regras ditadas pelo capital estrangeiro e a política neoliberal capitalista, impostas aos chamados países em desenvolvimento. Tais conexões exige uma agenda de formação e militância política que tenha como princípio, uma crítica profunda á esses princípios e a criação de rotas alternativas, como a constituição de projetos sociais coletivos/comunitários.

Por entendermos que a educação se faz a partir do processo e intencionalidade da prática do educador, bem como das reflexões das suas práxis pedagógicas, partimos para a análise da importância da sindicalista Margarida Alves como inspiração para a criação do Coletivo Feminista

Margarida Alves na UESB/CFMA como construtor de espaços para a participação de professores, estudantes de pedagogia, comunidade externa e outros colaboradores.

Além disso, aceder a trajetória dessa mulher, cuja luta representou direitos de homens e mulheres do campo, propicia o desenvolvimento de conhecimentos necessários à formação da consciência da totalidade da ação política contra as desigualdades sociais. Por outro lado inspira nossas vivências pedagógicas, no sentido de construir uma pauta de luta pelos direitos das mulheres.

Posto isso, o Coletivo Feminista Margarida Alves surgiu a partir das reflexões produzidas pelo Projeto de Extensão da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB: Pipoca, Cinema, Literatura, Arte e Feminismo-PCLAF.

As inquietações do cenário político do Brasil a partir do ano de 2016 aproximou um grupo de estudantes e professores sensíveis à delicadeza do momento político do país, contrários ao impeachment da presidenta Dilma *Rousseff* – e a política instituída através da usurpação do cargo de presidente da república, orquestrada pelo PMDB – forjada pela maioria dos deputados e senadores com o apoio do Supremo Tribunal Federal- STF.

Convém sublinhar que ações conjuntas foram desenvolvidas por diferentes pessoas e segmentos sociais, no sentido de posicionar-se em relação à atual conjuntura política do Brasil, no que se refere às perdas de direitos sociais em interconexão com aspectos relativos à condição das mulheres e à situação da presidenta Dilma Rousseff.

Este cenário histórico precipita a criação do Coletivo Feminista Margarida Alves-CFMA, ancorado nos estudos realizados pela professora Sirlândia Santana a partir do feminismo Comunitário de Parede (2010). Articula-se politicamente com outras representações sociais coletivas de Jequié-BA como, o Coletivo Maria das Virgens, CTB, APLB-Sindicato, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra- MST, Associação das Donas de Casas da Bahia-ADCB articulando diferentes realidades que integram o cenário social da cidade de Jequié-Ba.

Desta feita, a criação do Coletivo desencadeou a construção de um ativismo e militância política através do envolvimento de um grupo, cuja pretensão, não pretendeu a princípio demarcar territórios partidários. Assim, o eixo da ação do Coletivo passou a ser definido, prioritariamente, pela formação do pedagogo (a) para a reprodução e produção de um corpus teórico relativo às questões sociopolíticas (classe) e de gênero, cujo objetivo primordial é produzir, saberes para a consolidação de uma efetiva práxis pedagógica feminista.

De acordo com Gadotti (1998) inspirado pela práxis filosófica de Gramsci (1968, p. 75) o intelectual, nesse caso, o professor, deve tomar partido de suas ideologias e suas convicções e, conseqüentemente, posicionar-se a partir de um discurso autônomo intelectualmente e, de uma pedagogia não diretiva. Importa ressaltar que essa discussão apresentada por Gadotti são

orientadoras da agenda do Coletivo Feminista Margarida Alves.

Convém assim, fazer uma breve descrição biográfica de Margarida Alves, de modo a traçar sua trajetória, como mulher, nordestina – de Alagoa Grande na Paraíba – e do campo, cuja luta teve como principal objetivo os direitos dos trabalhadores rurais. Desde a infância, Margarida Alves esteve envolvida nos trabalhos no campo. Na maturidade tornou-se liderança política, sindicalista e importante representante da causa dos trabalhadores rurais.

Nesse sentido, Ferreira (2009), pesquisadora da história de Margarida Alves nos faz refletir a partir de uma minuciosa descrição sobre a vida da sindicalista:

Margarida Alves percebeu que os princípios políticos-pedagógicos de uma sociedade devem estar constituídos e identificados com a sua história e realidade, ou seja, acreditava na educação como forma de transformação social. As práticas educativas estão mencionadas de forma histórica e simbólica, pois a sua trajetória política e a sua referência de massa, além do que foi desencadeado após o seu assassinato possibilitam reflexões e ações diretas na composição de um aprendizado popular (FERREIRA, 2009, p. 27).

O relato dessa autora nos faz refletir acerca da ambiência na qual Margarida Alves tornou-se, fonte de inspiração para atuar em defesa da dignidade e de melhores condições de vida para os trabalhadores do campo. Contou com o Padre Alberto como um incentivador, que a apoiou no enfrentamento empreendido contra latifundiários, cuja atitude de exploração submetia camponeses a uma vida de subserviência.

Nesse momento, o Brasil encontra-se profundamente marcado por desigualdades históricas entre as classes sociais. A reflexão sobre a apropriação das Terras Indígenas dos Tupinambá de Olivença, no Sul da Bahia de Santana (2015), contribui para a compreensão da história da apropriação das terras no Brasil desenhando o contexto no qual se consolidou o sistema social do coronelismo¹ e as relações paternalistas que corroboraram para a concentração de terras e renda e poder de grupos políticos, forjados no Brasil e principalmente no Nordeste.

Essas experiências envidadas por um sistema social baseadas na concentração da autoridade econômica e cultural, demonstram uma ordem sociológica autorreguladora, e neste caso, atuou e continua a atuar como um dos elementos explicativos da relação espúria e desigual entre, a elite latifundiária e os trabalhadores do campo. É possível inferir, portanto, que as relações concretas entre os entes sociais subordinados como, trabalhadores rurais e pequenos lavradores e a elite latifundiária, circunstanciaram ao longo de suas práticas intercambiáveis, códigos culturais

¹O epíteto do “coronelismo” caracterizou-se pelo estatuto social que articula uma relação promíscua entre o poder social e político. Os atributos para obtenção da patente de coronel constavam da acumulação de bens fundiários e de redes de relações políticas do coronel até o presidente da república (Cf. Carvalho 1997: 230). *O reconhecimento do título se dava não só pela obtenção da patente, mas também nas situações em que um fazendeiro fosse convencionado como tal pela sua rede de influências* (Falcon 1995: 87 apud Brasil, 2009:184).

incorporados como modelo de conduta social. As contradições presentes, nesta relação, foram muitas vezes conciliadas, em razão da dependência material de um grupo sobre o outro.

É nesse cenário de expropriação da força de trabalho do homem do campo que Margarida Alves provoca sua luta em favor desses trabalhadores. Filha mais nova de uma família de nove irmãos, a partir de uma intensa participação no sindicato rural como tesoureira e, em consequência da sua atuação, tornou-se a primeira mulher eleita para a presidência do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Alagoa Grande em 1973, atuando por 10 anos. Foi também fundadora do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Sua principal pauta de luta era por melhores condições de trabalho para os trabalhadores do campo. Em defesa de direitos como, carteira de trabalho assinada, férias, 13º salário e jornada de trabalho de 8 horas diárias.

A partir de então, Margarida Alves ganha notoriedade no campo da militância sindical rural e passa a agir contra a hegemonia local dos usineiros e donos de engenhos de açúcar. Sua militância precipitará seu brutal assassinato no dia 12 de agosto de 1983, com um tiro de escopeta calibre 12 é deflagrado sobre o seu rosto. De acordo com o relatório enviado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Ministério Público² apresentou denúncia contra Antônio Carlos Regis, que teria sido o intermediário entre os fazendeiros locais e os irmãos Amauri José do Rego e Amaro José do Rego, os executores do crime. Essas pessoas foram identificadas como participantes do homicídio da sindicalista. Em seu último discurso na comemoração do Dia do Trabalhador, em 1º de maio de 1983, Margarida Maria Alves denunciou, ter recebido ameaças de morte, e inscreveu na história uma frase emblemática: “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”. No dia seguinte, foi assassinada. Contudo, deixou um importante legado a partir da sua ação como intelectual orgânica, traduzida em conquistas concretas para os trabalhadores do campo.

A biografia de Margarida Alves inspirou nossa recente organização coletiva, em virtude da sua condição de mulher, nordestina, trabalhadora rural bem como, pela sua práxis política.

A nossa prática militante, impulsionada, sobretudo, pela reflexão sobre as atribuições constitutivas do educador (a) como intelectual orgânico. Intelectual este chamado a participar ativamente do seu tempo histórico e a assumir uma práxis pedagógica fundada no princípio político filosófico revolucionário: da participação coletiva; do combate ao racismo, a desigualdade e a violência de classe e gêneros e, contra toda e qualquer forma de opressão, discriminação e expropriação da nossa humanidade.

² Em 1995, o Ministério Público denunciou os fazendeiros Aguinaldo Veloso Borges, Zito Buarque, Betâneo Carneiro e Edgar Paes de Araújo pelo assassinato da líder sindical. Dos quatro suspeitos, apenas um foi levado a julgamento. Edgar Paes de Araújo foi assassinado em 1986, Aguinaldo Veloso Borges morreu em 1990, Betâneo Carneiro foi beneficiado pela prescrição penal e excluído do processo penal em 1997, seu paradeiro permanece desconhecido e Zito Buarque permaneceu preso por apenas três meses, mas em 18 de junho de 2001, foi julgado e absolvido pelo Tribunal do Júri da Comarca de [João Pessoa](#).

Portanto, o CFMA propõe integrar educadores sociais, cuja perspectiva seja assumir radicalmente, a defesa de relações histórico-sociais mais justas. Educadores que proponham o inédito-viável de Freire (2011:130) articulado aos saltos da existência que surgem frente às *situações limites* de Jaspers (1965/1993) no intuito de participar democraticamente e agir contra as desigualdades sociais que teriam sido produzidas no âmbito local, mas que suas implicações articulam-se diretamente com cenário atual do país e do mundo.

As experiências no PCLAF aponta para a necessidade de ressignificar o papel do educador como ator histórico e como afirma Gadotti (1998), o pedagogo (a) deve sempre reinventar suas concepções sobre a educação pois,

[...] a comunidade está pedindo ao pedagogo que exerça hoje, outras funções, outros papéis. Essa comunidade, esse povo, pelo seu grito, coloca-nos seguidas questões, perguntando sobretudo: Para que, como, para quem, contra quem, estamos trabalhando? (GADOTTI, 1998, 71).

É o anúncio de que pedagogo ou pedagogo deve atuar no mundo concreto, para além dos entraves provocados pelo anacronismo da cultura escolar. Ou seja, transformar o ato educativo, em realidade política e social a expressar-se, por meio dos conhecimentos historicamente produzidos nas diversas e diferentes culturas.

Neste sentido, o CFMA traz como outros objetivos, o envolvimento da comunidade nas atividades produzidas, buscando a participação e formação política de todos que desejam pensar coletivamente e reorientar as ações desenvolvidas na interação social entre as instituições de Ensino Superior -IES e comunidade. Para isso, agrega a participação do público das escolas da rede pública e/ou privada, dos representantes de bairros e de outros segmentos envolvidos na luta pela defesa dos direitos da mulher. Propõe, sobretudo, a desconstrução de paradigmas responsáveis pela generificação das relações humanas, em defesa da diversidade de gêneros.

Como eixo da reflexão traz, Gadotti (1998) sobre a pedagogia da práxis para uma formação política do pedagogo (a); Santana; Ferrari; Costa (2010) sobre a biografia de Margarida Alves; Ferreira (2009) sobre a relevância da formação política e educativa de Margarida Alves; as reflexões de Santana (2015) acerca do feminismo comunitário como base da sua análise sobre *o papel das mulheres na definição e demarcação das terras indígenas dos Tupinambá de Olivença-Ba* (2015).

Discussão teórica

Ao longo da trajetória do CFMA – recentemente criado por professores e estudantes da UESB, *campus* de Jequié/BA e membros outros da comunidade externa a IES – foram realizadas,

palestras, performances, rodas de conversas sobre a ação da mulher no cenário local e nacional articulado a participação nas atividades políticas da cidade de Jequié. Desse modo, o Coletivo tem nos possibilitado vivenciar, como futuros educadores sociais uma formação filosófica através do itinerário político local vinculado ao contexto nacional e internacional.

Pois, ao dialogar sobre a urgência da revisão da criticidade do educador (GADOTTI, 1998, P. 73) faz referência à necessidade do educador assumir esse espaço político e transformar a ambiência da sua prática, ou seja, “se a educação reproduz a sociedade, não poderia transformar o que reproduz. E não haveria nenhuma educação transformadora”, pois os processos que permeiam esse espaço não são simples, requer uma intencionalidade, escolha político-filosófica e a sua consequente transformação em práxis, de modo que, esta militância social e política, ultrapasse os muros da escola.

Todavia, a participação e envolvimento político reverberam-se em aprendizagens e contribuições para a formação do educador. Os aspectos elencados por esta “*Margarida*” – como convencionou-se chamar cada membro do Coletivo – indica que a educação deve ser pensada e refletida através das mudanças pedagógicas imersas na ação do educador (a), com qual o CFMA tem corroborado, sobremaneira, no que tange ao exercício da liderança, autonomia e alteridade.

Para isso, regularmente tem sido proporcionado, o acesso a uma literatura crítica no intuito de conhecer e compreender *a categoria mulher* a partir do feminismo clássico de Beauvoir (1950) e do feminismo comunitário de Parede (2010). Agregam a este corpus, os estudos de Barbosa (2011, p.763) elaborar reinterpretações do feminismo clássico de Beauvoir, a consciência de gênero, como questões que permeiam o estudo dessa categoria e as ações do Coletivo.

A problematização da condição da mulher pedagoga em pode ser feita a partir do relato de uma estudante do curso de Pedagogia e membro do Coletivo Maria das Virgens. É possível ainda ponderar sobre a influência dos movimentos sociais e a formação política que este propicia:

O coletivo me ajudou a ser mais comunicativa, a falar sobre temas que não tinha coragem de conversar. Tenho aprendido a ter coragem de lutar pelos meus direitos e não aceitar o que é imposto. Isso ocorre por conta das vivências com outras mulheres e da nossa luta e militância (M.N.S. Membro do CFMA, 2017)

Este excerto evidencia a dimensão formativa dos coletivos feministas ao dar visibilidade a mulher e contribuir para a elaboração da sua alteridade, tanto no âmbito do privado, quanto do público.

Posto isso, o CFMA propõe superar as identificações conservadoras que forjam uma certa categoria de mulher, ao adotar uma perspectiva comunitária, articulada aos diferentes grupos representantes dos movimentos sociais, tendo em vista pensar o feminismo, suas multiplicidades e diversidades de gêneros.

Nesse sentido, o CFMA posiciona-se epistemologicamente contra a ontologia das essências e acolhe a diferença como um “devir outro”, que nos impulsiona a viver a multiplicidade despadronizada, e assumir culturalmente infinitas possibilidades de sentidos (SILVA, 2002: 66).

Para tanto, as reflexões e as contribuições de Barbosa (2011) na releitura do pensamento de Beauvoir refletem a importância do Coletivo como uma organização que não se restringe, a discutir o feminismo a partir de aspectos apenas culturais, mas também, na perspectiva dos estudos feministas estreitamente vinculados às questões de classe.

De acordo com esta autora, as questões de gênero são sublinhadas por identificações femininas e a reconstrução da mesma como mulher independente, em busca do reconhecimento da sua dimensão individual e política – a partir de trajetórias que são campo de demarcação histórica. O intuito é superar o binarismo do pensamento conceitual mulher x homem, nos impulsionando a repensar o atual modelo social, de modo a circunstanciar rupturas com o patriarcalismo (BARBOSA, 2011, p.769).

A práxis do CFMA ao revestir-se do sentido da ação do *feminismo comunitário* através da participação em atos públicos, cuja finalidade é protestar e publicizar o desmonte do *estado de bem estar social* brasileiro articulado às reivindicações dos direitos das mulheres.

O CFMA demarca sua inserção na política local ao propor, o envolvimento da comunidade na marcha do dia 31 de março de 2017, cuja mobilização inicia-se na atuação orgânica de uma das margaridas ao questionar: como membro do Projeto de Extensão Pipoca Cinema, Literatura e Arte, qual seria nossa proposição para o dia internacional da mulher?

Em resposta a esta inquietação, um grupo de mulheres envolvidas no referido projeto, juntamente com representantes do *DCE-UESB*, *Coletivo Maria das Virgens*, *Levante da Juventude* iniciaram uma mobilização local articulada a outros movimentos sociais tradicionais na cidade de Jequié como a: CTB, APLB-Sindicato, MST, Associação das Donas de Casas da Bahia- ADCB.

O encontro fundador do CFMA contou com a professora, Dr^a. Sirlândia Santana, professora Dr^a. Daniele Freire Raic, Professora Mestra Alessandra Bueno De Grandi do Curso de Pedagogia da UESB e de Jocelma de Oliveira-Representante da Consulta Popular e Membro do CFMA, Larisse Ramos-Representante do Levante Popular da Juventude, Mileide da Silva e Auremi da Silva - Representante do Coletivo Feminista Maria das Virgens, Caio Cesar Silva- membro do Projeto,

Cinema, Literatura, Arte e Feminismo e Léia da Silva- membro da Consulta Popular, entre outros.

Interessa sublinhar, sobre a participação de outras categorias do gênero masculino, LGBT, transexuais e dos movimentos organizados por grupos de mulheres que passam a interagir com o CFMA. Essa interação enuncia a perspectiva de orientar-se pela recomendação do *feminismo comunitário*, que traz como princípio, a participação de homens e mulheres como pares político, formando comunidades, ainda que a participação masculina no CFMA seja, bastante tímida.

Deste modo, além da militância local, o CFMA – como elemento de formação política – estabelecer uma análise sobre as premências da sociedade brasileira e seus desafios no atual cenário político, bem como estabelecer uma escuta sensível às mulheres/homens.

O Coletivo, busca ainda, promover a sororidade entre as margaridas estendendo-a a outras mulheres, tendo em vista mobilizar a empatia e a solidariedade para a despartriarcalização das relações sociais. Assim, a construção e desconstrução das percepções, a partir das práxis e da experiência atravessada por várias itinerâncias compõem, as recomendações do *Feminismo Comunitário*.

Esta elaboração conceitual é defendida nos estudos desenvolvidos por Santana (2015, p.305), em sua tese de doutorado sobre *o feminismo comunitário dos Tupinambá de Olivença*, expressa por meio das dinâmicas de produção e reprodução cultural deste povo. Nesse sentido, o feminismo comunitário tem como premissa básica,

[...] a comunidade, como princípio que assegura as condições de vida e, adota o fundamento de pensar a partir da realidade histórico-cultural em que homens e mulheres encontram-se situados” (SANTANA, 2015:305).

Ademais, subjaz como referência básica do CFMA, a equidade social, o respeito mútuo entre homens e mulheres. Para a autora acima, isso exige de nós, a desconstrução de pressupostos fundados nas assimetrias de classe, gênero, etnia, entre outras categorias classificatórias produzidas cultural e socialmente.

É preciso olhar em perspectiva nossas trajetórias de vida, quase sempre, vinculadas á dadas posições sociais e, sobremaneira, marcadas pela luta de classes. Há uma tendência quase inescapável, de usufruir das benesses que as relações capitalistas envidam.

A fronteira entre a práxis política e a imobilização alienante, se dá no momento em que a condição de desfrutar dos bens socialmente produzidos, ameaçam tornar-se socialmente escassos.

A necessidade de se construir relações sociais menos desiguais é fato, no entanto, posições ideológicas conservadores agem para a manutenção do poder, ainda que discursivamente atuem, aparentemente, de modo favorável á uma suposta transformação social.

O empoderamento – de grupos ideologicamente conservadores – conta com a lealdade

motivada pelo consenso de classe, cujo objetivo é usufruir, quando possível das mesmas prerrogativas e privilégios “naturais”, e/ou simplesmente contemplar e consentir, fetichizando o estilo de vida de uma pequena parcela da sociedade (a elite).

Desse modo, ainda que o poder de certas representações culturais como, casamento, mundo do trabalho, o feminino, a sexualidade, a maternidade etc, tenham sofrido significativas transformações, a exploração da classe trabalhadora, a objetificação do corpo feminino, a negação de diversas comunidades étnicas são categorias prementes e delicadas. É urgente transformar tais questões em pauta política, tendo em vista assegurar a dignidade dos grupos que divergem do paradigma de organização social, cujo fundamento é imposto capitalismo fundiário e patriarcal etc. A cultura a partir das experiências humanas tende a ser supostamente compreendida como natural e institui-se por meio da dependência e da submissão, no sentido de "harmonizar" a função de cada indivíduo no espaço social, de modo a criar um *modus operandi* correlato às necessidades forjadas pelo capitalismo neoliberal.

Desse modo, a maneira como nos manifestamos através da cultura impõe uma constante problematização, haja vista a força representativa das percepções culturais sobre nossa subjetividade, ou seja, sobre a forma absoluta como selecionamos e classificamos o certo e/ou, o errado.

Faz-se necessário então, refazer cotidianamente as representações simbólicas que constroem nossas percepções, pois tais experiências são sublinhadas por signos sociais, através das quais, manifestamos nossas identificações.

Assim, tais identificações precisam ser permanentemente avaliadas, no sentido de desconstruir a naturalização dos fenômenos culturais. Nessa perspectiva, ressemantizar os processos de genirificação da sociedade, transformar ação das mulheres em outro significado é fundamental para contrapor, a eficiência do patriarcalismo.

Desse modo, importa salientar que a nossa trajetória formativa no curso de Pedagogia da UESB, após compartilhar experiências extensionistas, o contexto educacional do curso de Pedagogia na USEB revela a condição social da mulher e reflete uma tendência de pensamento da sociedade brasileira sobre o feminino, expressa por meio dos currículos educacionais, seja na Educação Básica, no Ensino Médio ou nas IES.

Em face dessa conjuntura, dentro do universo acadêmico da UESB, grupos minoritários atualmente, forjam espaços que exigem discussões radicais sobre a realidade social, adotando ações que corroborem para a formação do ser social.

Assim, a trajetória política de Margarida Alves inspira o CFMA, pela sua postura de enfrentamento às oligarquias locais – representantes das relações que se estabeleceram desde o

Brasil imperial e se espriam principalmente no Nordeste, através da elite cultural hegemônica sobre a classe popular – marcadas pelo patriarcado, clientelismo e paternalismo das relações entre estes entes sociais.

A práxis política de Margarida Alves, contribuiu de forma decisiva para a valorização de mulheres e homens do campo, no que diz respeito aos seus direitos e sua ação política tem inspirando mobilizações feministas em todo o Brasil, de modo a amalgamar a luta campestre às lutas feministas na assunção da militância política e de manifestação nas ruas.

Considerações Finais

Diante do exposto, o cenário da Universidade nos parece estratégico para a promoção e fortalecimento da interação social desta com diversos segmentos sociais. As singularidades que permeiam o espaço acadêmico precisam ser repensadas, tendo em vista a criação de um efetivo espaço de diálogo e participação política do coletivo da comunidade local, bem como sobre a premência da formação política de Pedagogas (os).

A participação em *atos políticos* nas ruas e a interação com outros movimentos – Essa dimensão da experiência militante – possibilitou refletir acerca do Proposta Curricular do Curso de Pedagogia e como esta, conseqüentemente se consubstancializa. Avaliamos que as experiências vivenciadas no ensino, pesquisa e extensão não têm proporcionado uma formação política no que se refere a experiência de participação social por meio do reconhecimento e imersão nas lutas de grupos minoritários. Seja por meio da assunção da atuação nas manifestações sociais nas ruas ou de forma mais orgânica na formação de base de diversos e diferentes coletivos, o curso de Pedagogia precisa amplificar sua dimensão da práxis política, no sentido gramsciano do termo.

Propõe-se então, que o projeto curricular do curso de Pedagogia da UESB de Jequié crie circunstâncias favoráveis á construção de experiências de participação social e política para os estudantes, tendo em vista, a efetiva experiência da relação ensino/pesquisa/extensão para a formação do educador.

Alinha-se a essa crítica, mais especificamente, o fato do curso de Pedagogia não oferecer uma abordagem mais aprofundada sobre as questões de gênero, em face entendê-lo como transversal ao conhecimento. Somente uma disciplina aborda essa dimensão do conhecimento humano, quando este conhecimento deveria fazer-se presente de forma mais aprofundada, considerando o fato da docência ser precipuamente, uma atividade assumida por mulheres.

O curso de Pedagogia da UESB de Jequié-Ba apresenta um corpo discente formado por

80% de mulheres, em virtude disso, o CFMA abre um importante espaço para superar a escassez de diálogos relativos às questões de gênero, na formação político-pedagógica de educadoras e educadores.

Por outro lado, as experiências através do Coletivo Margarida Alves na interação com os demais coletivos da cidade têm alargado e organizado outro campo de saberes, recriando e criando uma epistemologia de gênero, cujo intuito é também viabilizar o desfazimento de concepções anacrônicas que tecem nossa subjetividade acerca do feminismo, das abordagens de gênero e sexualidades, sem contudo, dissociar essas questões dos fenômenos sociopolíticos.

Os excertos dos membros do Coletivo apresentados neste texto constata as mudanças relativas à percepção sobre a condição da mulher na formação dos mesmos, promove a apropriação de conceitos sobre as teorias de gênero, bem como a consciência da necessidade de construir uma práxis política durante a o percurso acadêmico.

O coletivo inova ainda, pela factibilidade de proporcionar trocas de experiências e saberes, para além da ação nas IES propiciando uma interação social entre comunidade e universidade. Ademias, no âmbito acadêmico, as relações construídas entre o Coletivo Feminista Margarida Alves e outros coletivos representantes de organizações civis governamentais e não governamentais ensejam, a reflexão acerca da emergência de um currículo de Pedagogia vinculado às experiências culturais, sociais, políticas e econômicas.

Referências

BARBOSA, Adriana Maria de Abreu. **“Beauvoir: o que aprendemos com ela”, contribuições para pensar o feminismo contemporâneo.** IX Colóquio do Museu Pedagógico, Vol. 9. Vitória da Conquista-UESB, 2011. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/issue/view/109>. Acessado em 10 de Junho de 2017, às 18 h: 30 min.

BRASIL, Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, 2017. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=518B466C3B6399C8A3A8DE055E10367E.proposicoesWebExterno2?codteor=1546536&filename=Parecer-CCJC-19-04-2017. Acessado em 10 de Junho de 2017, às 19h: 30 min.

DEBORD, G. **La société du spectacle.** Paris: Gallimard, 1992. (Col. Folio). **A sociedade do espetáculo.** Prefácio à 4ª edição italiana de **A sociedade do espetáculo.** Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural**. 2009. 146 f. Teses (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

JASPERS, Karl. (1965) **Introdução ao Pensamento Filosófico**. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Motta. São Paulo: Cutrix, 1993. GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. 4 eds.- São Paulo: Cortez, 2004.

SANTANA, Irani; FERRARI, Milena; COSTA, Rayane. **Margarida Alves: Uma Mártir Camponesa**. Disponível em: http://need.une.br/mat.br/4_forum/artigos/irani.pdf, acessado em 17 de Junho de 2017, às 19 h. THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTANA, Sirlândia Souza. **O Papel das Mulheres na Definição e Demarcação das Terras Indígenas dos Tupinambá de Olivença-Ba**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais: São Paulo-PUC, 2015.

LOURO, Guaraci Lopes. **Gênero e sexualidade: Pedagogias contemporâneas**. v.19, n.º2.mai/agos. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>> Acesso em: 17 de junho de 2017, às 19 h.